manchete

Público

Qualidade & inovação

27-02-2013

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Educacão
Dimensão: 621
Imagem: S/Cor
Página (s): 15

AS FACULDADES DE DIREITO EM PORTUGAL

A génese da "Nova-Direito"

Teresa Pizarro Beleza, diretora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

As Faculdades de Direito foram das instituições que menos se alteraram estruturalmente na sequência das profundas modificações do sistema político, social e jurídico em Portugal, depois da Revolução de 1974. Na verdade, foi preciso esperar que um Senhor chamado Diogo Freitas do Amaral, Professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Lisboa (dita 'Clássica'), se lembrasse dos ensinamentos do Professor Miller Guerra e os aplicasse ao Direito: "*Se não consegues reformar as Universidades, faz outras*". Novas. É muito exactamente esta a origem da Universidade Nova de Lisboa, que está prestes a completar 40 anos de existência (nasceu a 11 de agosto de 1973).

É esta também a origem da sua Faculdade de Direito, habitualmente conhecida entre os Estudantes por "Nova-Direito", que em 1997 se veio juntar às suas Irmãs mais velhas – tanto mais que, como costuma dizer o Magnífico Reitor da UNL, uma Universidade sem Faculdade de Direito não é uma verdadeira Universidade.

Deste estrito ponto de vista, a Nova-Direito *cumpriu plenamente a sua missão histórica*: obrigou todas as outras Faculdades de Direito do País a mudar e a seguí-la ou emulá-la em pontos-chave, desde a ministração de Cursos leccionados de doutoramento (coisa nunca vista em Direito) até mil e um aspectos de funcionamento e organização e práticas académicas em que claramente a lógica da concorrência funcionou de pleno. Por isto mesmo, é altura de a Nova-Direito se repensar – é o que estamos fazendo, no Conselho de Faculdade, no Conselho Científico, no Conselho Pedagógico, na própria Direcção – porque temos a grata e ingrata missão de não repousar sob os nossos louros, mas antes a de ir sempre procurando consolidar e inovar.

A Faculdade funciona, no seu 16º ano de existência, com uma vitalidade invejável, como se concluirá de uma mera consulta à nossa *homepage* e as notícias de Colóquios, Cursos e outras variadas actividades que aí se publicitam.

A "Nova-Direito":
Uma Nova Faculdade de Direito

A Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa foi criada em 1996, por iniciativa do Professor Freitas do Amaral, com o objetivo de 'constituir um pólo inovador no desenvolvimento da ciência jurídica e no ensino do Direito em Portugal' no campo científico e pedagógico, vocacionada para 'a abertura à sociedade, aos novos ramos do Direito e às demais ciências sociais, sublinhando a sua especial atenção à evolução contemporânea da vida pública e dos seus novos problemas'.

Os três Ciclos de ensino cedo foram adaptados ao modelo de Bolonha, dada a semelhança originária com esse mesmo modelo.

A Licenciatura (1º Ciclo) e o Mestrado (2º Ciclo) na Nova-Direito permitem uma ampla escolha de disciplinas de opção, algumas das quais pouco habituais nas Faculdades de Direito. A Faculdade da NOVA foi pioneira em vários aspetos no ensino do Direito. Um deles é o ensino de áreas novas, pouco trabalhadas no ensino mais tradicional (por exemplo, Direito da Saúde e Bioética, Direito da Igualdade Social, História das Instituições, Sociologia e Antropologia Jurídicas, Ciência da Legislação, Resolução Alternativa de Litígios, Arrendamento Urbano, Direito Bancário e dos Seguros, Direito do Desporto, Direito do Consumo, Direitos de Autor ou Propriedade Industrial); outro é a presença de académicos de diversas áreas além do óbvio 'núcleo central' do Direito (Economia, História, Antropologia, Humanidades) que ministram disciplinas não estritamente jurídicas, mas essenciais para uma contextualização adequada do Direito.

A Faculdade determinou logo de início formas de ensino teórico-prático, com uso intensivo de audiovisuais, ciclos de cinema, debates regulares sobre temas jurídicos ('SPEED') e sobre a atualidade ('Espaço Público') e ainda diversas atividades culturais ('O Direito não é tudo').

Algumas disciplinas de opção são ensinadas em Língua Inglesa, o que não só permite o seu acompanhamento por estudantes não lusófonos - a procura por parte de estudantes estrangeiros aumentou de forma significativa - mas também, para os estudantes portugueses, o treino na, hoje, dominante língua franca mundial.

A segunda fase do Curso do 2º Ciclo pode tomar a forma da preparação de uma tese, à maneira mais tradicional, ou de um estágio com Relatório final ou um Projeto de investigação. Celebrámos protocolos com várias entidades para permitir essas alternativas.

Os protocolos estabelecidos com algumas das melhores Sociedades de Advogados no nosso país permitem trazer alguma experiência da advocacia para o ensino[1]. A 'Prática jurídica interdisciplinar', desde o início ensinada por Advogados experientes, é um excelente exemplo dessa colaboração.

A Nova-Direito foi a primeira Faculdade de Direito a estruturar um Curso letivo de doutoramento, com o objetivo de *dessacralizar* o título de Doutor/a em Direito e de tornar mais curto o anormalmente longo percurso deste doutoramento.

Os doutorandos e alguns mestrandos têm aumentado o seu envolvimento direto nas atividades da Faculdade, com grande gosto e proveito mútuos. Um excelente exemplo desta colaboração é o funcionamento da 'UMAC' (mediação de conflitos de consumo). Outro é a colaboração no atendimento de docentes da UNL sobre assuntos relacionados com o ECDU, ou o projeto de avaliação legislativa na área de discriminação com base na doença (HIV/Sida). A Faculdade completou o estudo de avaliação da aplicação experimental da lei de Mediação Penal, um dos exemplos de avaliação legislativa contratualizada – a que também se dedica o 'Observatório de Legislação', ligado ao CEDIS.

A participação da Nova-Direito na rede de Veneza (EIUC, dedicado ao ensino e investigação na área de direitos humanos e democratização, www.eiuc.org) decorre com assinalável êxito, com cerca de vinte dissertações deste mestrado realizadas na nossa Faculdade; Angola e Moçambique contam já neste momento com cursos de doutoramento em parceria connosco, o que é motivo de orgulho para todas as partes envolvidas; os nossos alunos de 2º e 3º Ciclos produzem trabalho de qualidade, de que a Almedina publicou recentemente importantes amostras: uma sobre Direito Administrativo Comparado, outra sobre Teoria da Argumentação e Neo-Constitucionalismo, outra ainda sobre Prova em Processo Penal.

Os projetos de investigação apoiados por entidades financiadoras e sujeitos a avaliação externa vão surgindo, apesar da pouca tradição nestas matérias na área académica do Direito. O CEDIS, a ANTÍGONA e o CPIC são aglutinadores de investigação académica em cujos trabalhos e projetos os alunos interessados podem ser chamados a participar. A Faculdade apoia essa participação com abertura de concursos para bolsas de investigação ou com oportunidades de colaboração esporádica em algumas realizações.

A Faculdade tem desenvolvido Cursos de especialização em matérias inovadoras e criado centros de investigação e apoio à comunidade científica ou de cariz mais social ou humanitário que honram a nossa Carta fundadora e os princípios nela contidos. O Mestrado em Direito e Segurança, O *Master in Law and Management* (em colaboração com a Faculdade de Economia) e o Mestrado em Comunicação, Media e Justiça (em colaboração com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), os Cursos de Direito do Desporto, sobre Arbitragem, sobre Direitos dos Migrantes ou o Curso sobre Contratação Pública e Concorrência são bons exemplos da vitalidade da Nova Faculdade.

O Curso de Direito (1º Ciclo) e os seus complementos adicionais (2º Ciclo, nomeadamente, e cursos de especialização) são adequados a diversas saídas profissionais. Além das Magistraturas (Judicial e do Ministério Público) e da Advocacia, muitos lugares da Administração Pública (central ou autárquica) e de consultadoria da atividade negocial privada continuam a ser parte significativa da procura dos serviços profissionais de juristas. Outras possibilidades de trabalho surgem no seio das Organizações Internacionais e Europeias e das Organizações não governamentais (ONGs). Os licenciados e mestres pela FDUNL têm demonstrado excelente capacidade de êxito profissional e empregabilidade nos mercados interno e europeu.

Diz a gente da economia e da gestão – e diz a sabedoria da experiência e do bom senso - que a inovação, num mundo competitivo, é condição de sobrevivência. A FDUNL faz desta convicção e da preocupação constante com os seus estudantes o centro da sua vida institucional e académica.

Toda a informação atualizada em www.fd.unl.pt

[1] Vieira de Almeida & Associados; Rebelo de Sousa & Advogados Associados; Sérvulo e Associados; Linklaters; PLMJ; Cuatrecasas Gonçalves Pereira; Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados; Uría-Menendez/Proença de Carvalho; Garrigues.